

COMUNIDADE LGBTQIA+ E FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA: APRECIÇÕES DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSOS NO NORDESTE BRASILEIRO

LGBTQIA+ COMMUNITY AND PSYCHOLOGY EDUCATION: ASSESSMENTS OF PEDAGOGICAL PROJECTS OF
COURSES IN THE BRAZILIAN NORTHEAST

Amadeu Antônio Pereira Neto², Fauston Negreiros³, Breno de Oliveira Ferreira²

Resumo

A presente pesquisa busca analisar as formas como se apresentam os sentidos acerca da comunidade LGBTQIA+ nos Projetos Pedagógicos para os Cursos (PPC) de formação em Psicologia das Instituições de ensino superior do Nordeste brasileiro. O foco é compreender em quais disciplinas dos cursos as concepções dessa comunidade são estudadas e discutidas, quais instituições incluem disciplinas dedicadas a abordar essas questões e investigar os principais eixos debatidos que versam sobre essas temáticas. Este estudo revelou que 19 PPCs apresentaram alguma citação em seu ementário que estivessem relacionados com os temas pesquisados. O conteúdo analisado foi categorizado em seis classes, sendo elas: "Aspectos da Psicologia Social e decolonialidade", "Aspectos políticos", "Aspectos biológicos do desenvolvimento", "Interseccionalidade", "Produção de subjetividade", "Aspectos jurídicos e direitos humanos". Através da análise ficou perceptível a preocupação em debater as temáticas por uma perspectiva ética, considerando os direitos humanos, os fatores políticos, sociais e culturais que as perpassam.

Palavras-chave: Psicologia; LGBTQIA+; Currículo; Formação; Nordeste.

Abstract

This research seeks to analyze the ways in which the meanings regarding the LGBTQIA+ community are presented in Pedagogical Projects for Courses (PPC) in Psychology Training of higher education institutions in Brazilian Northeast. The focus is to understand in which course disciplines the concepts of this community are studied and discussed, which institutions include disciplines dedicated to addressing these issues and to investigate the main axes debated that deal with these themes. This study revealed that 19 PPCs presented some citation in their syllabus that was related to researched themes. The content analyzed was categorized into six classes, namely: "Social Psychology Aspects and decoloniality", "Political aspects", "Biological aspects of development", "Intersectionality", "Production of subjectivity", "Legal aspects and human rights". Through the analysis, it became clear that there was a concern in debating the themes from an ethical perspective, considering human rights, and political, social and cultural factors that permeate them

Keywords: LGBTQIA+; Curriculum; Training; Northeast.

¹ Mestrando em psicologia pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba. Contato:

amadeuphb@hotmail.com

² Professor Associado do Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília/UnB.

³ Mestre em Ciências e Saúde pela Universidade Federal do Piauí. Doutorado em Saúde Coletiva pelo Instituto Fernandes Figueira da Fundação Oswaldo Cruz.

Editor-associado: Anderson Moraes Pires

Recebido em: 18/01/2024

Aceito em: 30/09/2024

Publicado em: 23/12/2024

Citar: Pereira Neto, A. A., Negreiros, F., & Ferreira, B. de O. (2024). Comunidade LGBTQIA+ e formação em psicologia: apreciações dos projetos pedagógicos de cursos no nordeste brasileiro. *Mosaico: Estudos em Psicologia*, 12(1), 222–240.



Introdução

Historicamente, a abordagem da Psicologia em relação às questões de gênero e sexualidade tem sido influenciada por uma perspectiva cisheteronormativa. Isso significa que essa perspectiva estabelece a heterossexualidade como o modelo das relações afetivas e a cisgêneridade como o padrão das identidades de gênero, normalizando essas concepções em nossa cultura em detrimento de outras experiências que são consideradas "anormais". Essa visão cisheteronormativa na Psicologia tende a criar descrições generalizadas dos processos tidos como naturais, ao mesmo tempo em que pode patologizar a diferença, tratando-a como desvios da norma (Mattos & Cidade, 2016).

Foi com esse intuito que as resoluções do Conselho Federal de Psicologia (CFP) vieram para estabelecer normas de atuação para os psicólogos/os/es em relação a comunidade LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais) ao promoverem diretrizes éticas que buscam superar práticas discriminatórias e patologizantes. Assim, o CFP inicia a luta contra a patologização da homossexualidade através da Resolução nº 01, de 22 de março de 1999. Ela proíbe psicólogos/os/es de favorecerem a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, além de orientar contra ações coercitivas para direcionar homossexuais a tratamentos não solicitados. No ano de 2013, o CFP iniciou uma importante iniciativa para normatizar e orientar a atuação no contexto das questões transexuais. Essa empreitada culminou na elaboração das primeiras diretrizes.

No ano de 2018, o CFP consolida o compromisso da Psicologia com as questões de identidade de gênero. Isso se deu através da Resolução nº 1, de 29 de janeiro de 2018, que delineia diretrizes fundamentais para a conduta ética das psicólogas/os/es em relação às pessoas transexuais e travestis. Estabelecendo que as profissionais não devem conceber a transexualidade como uma patologia. No mesmo ano, a Resolução nº 10, de 27 de março de 2018, foi promulgada para abordar a inclusão do nome social na Carteira de Identidade Profissional (CIP) de psicólogas/os/es, além de trazer outras disposições.

Em 2019, foi divulgado o parecer CNE/CES 1071/2019, baseado nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) direcionado aos cursos de graduação em Psicologia. Visando destacar o compromisso da formação em Psicologia com o reconhecimento da diversidade de perspectivas epistemológicas e teórico-metodológicas. Em 17 de maio de 2022 a resolução nº 8, define diretrizes cruciais para a atuação dos profissionais da Psicologia em relação às bissexualidades e outras orientações não monossexuais.

É crucial enfatizar que todas essas conquistas resultaram de uma árdua batalha e continuam enfrentando oposições. A resolução mais atacada pelos grupos conservadores foi a CFP 01/1999, que em torno desses debates passou a ser chamado de "cura gay". De um lado desses ataques estão os profissionais que utilizam a Psicologia para aniquilar certos modos de vida, baseando-se em preceitos religiosos, cristãos e homofóbicos. Por outro lado, observamos uma vontade política direcionada a um projeto fundamentalista, conservador e reacionário, que responde, no âmbito judicial e legislativo, a cada avanço da comunidade LGBTQIA+ (Arndt, 2021).

Com base nisso se faz necessário pensar quais os perfis dos profissionais da Psicologia. Segundo o censo da Psicologia brasileira, a maioria dos participantes da pesquisa se identificaram nas distinções entre homens e mulheres (categoria cisgênero), representando 19.648. Apenas 51 psicólogas(os) indicaram ser

transgêneros (correspondendo a 0,3% da amostra). Com relação a orientação sexual, a pesquisa aponta que a maioria se autodeclara heterossexual (84%). Homossexuais, bi/pansexuais e assexuais totalizaram apenas 16,3% da amostra. Esses dados nos fazem refletir sobre as barreiras sociais encontradas pela população LGBTQIA+ no acesso à universidade (Carvalho-Freitas et al., 2022).

Por essa razão, é crucial examinar a abordagem desses temas na formação em Psicologia, com o objetivo de verificar se questões fundamentais relacionadas à comunidade LGBTQIA+ estão sendo tratadas de maneira apropriada nos currículos. Pois, constata-se que com o passar do tempo, a pesquisa no âmbito do currículo tem destacado sua tendência a ser predominantemente influenciada por perspectivas masculinas e brancas. A estrutura desses documentos pode inadvertidamente perpetuar práticas generalizadas, racistas e heteronormativas. Por isso, é importante questionar e analisar esses currículos, a fim de promover a criação de novos modelos que reconheçam e fortaleçam os vínculos entre os grupos que não se encaixam no padrão social estabelecido e que, por essa razão, historicamente têm sido marginalizados e negligenciados (Oliveira & Ferrari, 2018).

Desse modo, ao considerar a promoção da saúde e do cuidado nas experiências da comunidade LGBTQIA+, é necessário examinar como os fatores sociais, políticos e históricos influenciam suas condições de vida e os processos de construção de identidade. Isso implica que as formas de viver, pensar e agir no mundo estão intrinsecamente entrelaçadas por diversos marcadores sociopolíticos, como gênero, sexualidade, classe social, raça, idade, deficiência, entre outros. Esses marcadores também desempenham um papel fundamental na determinação dos contextos de vulnerabilidade em que as pessoas LGBTQIA+ se encontram (Amaral et al., 2021).

É tendo todas essas discussões como fundamento que o objetivo da presente pesquisa é: Identificar as formas como se apresentam os sentidos acerca da comunidade LGBTQIA+ nos Projetos Pedagógicos (PPC) para os cursos de formação em Psicologia das Instituições de ensino superior do Nordeste brasileiro. O foco é compreender em quais disciplinas dos cursos as concepções da comunidade LGBTQIA+ são estudadas e discutidas; quais instituições incluem disciplinas dedicadas a abordar essas questões e investigar quais os principais eixos debatidos nas disciplinas que versam sobre essas temáticas.

Método

Esta pesquisa seguirá a abordagem qualitativa. Assim, optou-se por realizar uma pesquisa documental, pois esta abordagem é a que melhor atende aos objetivos do estudo.

A pesquisa documental se apresenta como aquela que se utiliza principalmente de documentos que ainda não foram previamente examinados ou organizados. A escolha dos documentos dependerá do objeto de estudo e do problema de pesquisa em questão. Portanto, o pesquisador deve localizar, selecionar, analisar e interpretar as informações contidas nos documentos escolhidos para embasar sua pesquisa. Dessa forma, essa abordagem permite que o pesquisador adentre o campo de estudo, buscando compreender os fenômenos por meio da análise desses documentos (Kripka et al., 2015).

Contexto do estudo

A pesquisa foi conduzida no Brasil, com o corpus compreendendo os Projetos Pedagógicos dos cursos de Psicologia vigentes das Instituições públicas, federais e estaduais, de ensino superior do Nordeste do país. Os documentos incluídos são aqueles aprovados pelas autoridades reguladoras de ensino, como o Núcleo Docente Estruturante (NDE), o colegiado do curso e a reitoria.

Procedimentos de apreensão de dados e cuidados éticos

O método de coleta de dados neste estudo envolveu a caracterização das instituições de ensino superior públicas na região Nordeste do Brasil que oferecem o curso de Psicologia. Devido ao fato de os documentos estarem disponíveis em páginas públicas na internet, esta pesquisa não exigiu inscrição ou autorização do administrador para acessar o conteúdo, eliminando a necessidade de uma avaliação ética e o registro de consentimento.

Procedimentos de análise

Após identificar os cursos de Psicologia nas instituições de ensino superior públicas do Nordeste do Brasil, procedeu-se à busca pelos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs). Estes foram acessados por meio das páginas eletrônicas das instituições ou por contato direto via e-mail institucional. Os PPCs foram examinados através de suas características gerais, ano de início do curso, início do PPC, turno e quantidade de vagas. As disciplinas foram igualmente analisadas, destacando-se suas características, como teóricas/práticas, obrigatórias/optativas e carga horária. Na análise disciplinar, um filtro foi aplicado para localizar os componentes curriculares relacionados à comunidade LGBTQIA+. Para tanto, levaram-se em consideração os seguintes descritores: "gênero", "sexualidade", "LGBTQIA+", "sexo", "feminismo", "masculinidade", "feminilidade", "gay", "identidade de gênero", "homossexual", "lésbica", "travesti", "travestilidade", "transsexualidade", "transgênero", "queer", "heteronormatividade", "intersexualidade", "direitos humanos", "direitos sexuais", "desigualdade de gênero", "violência", "violência de gênero".

Para a análise dos dados construídos na pesquisa documental, foi construído um banco de dados, visando agrupar todos os elementos gerais e significativos de cada curso de Psicologia da região Nordeste, visando identificar os perfis, e realizar uma caracterização das disciplinas de cada IES.

Para a melhor análise, os Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) foram processados usando o software Iramuteq, por meio da classificação hierárquica descendente. Este software é projetado para análise textual e opera em conjunto com o programa estatístico R, gerando dados a partir de textos e tabelas. Os resultados revelam a disposição e organização das palavras em um texto, conexões e outras características textuais, permitindo a identificação de indicadores e, por fim, a avaliação da estrutura e contextos do texto a ser analisado (Klant & Santos, 2021).

Já a análise por meio da classificação hierárquica descendente visa agrupar segmentos de texto que compartilham um vocabulário semelhante entre si, enquanto são distintos dos segmentos de texto de outras classes (Camargo, 2005). Por fim, foram utilizados os pressupostos dos estudos atualizados sobre gênero e sexualidade para analisar os dados.

Resultados

Através do levantamento dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação em Psicologia, acessíveis através das páginas eletrônicas de cada uma das 22 instituições públicas de ensino superior do nordeste brasileiro, encontrou-se 22 projetos. Porém, só foi possível entrar em contato com parte dos projetos pedagógicos completos. Após a utilização dos descritores para filtrar as ementas que abordem as questões da comunidade LGBTQIA+, apenas 19 PPCs apresentaram alguma citação em seu ementário que estivessem relacionados com os temas pesquisados.

Em relação aos cursos de Psicologia que abordam os temas aqui pesquisados, em sua maioria tiveram início entre os anos de 1971-2000 ($n = 8$), seguido dos anos de 2001-2010 ($n=7$), e 2011-2020 ($n=4$). A maioria das instituições oferece entre 30-50 vagas por semestre ($n=7$), seguido por 51-80 ($n=6$) e por fim de 81-110 ($n=6$). Quanto ao ano dos PPCs, a maioria foi elaborada na década de 2010 ($n=14$), seguida da década de 2000 ($n=3$), e, por fim, a década de 1990 e 2020 ($n=1$). O turno em que o curso é ofertado, em sua maioria, se deu em tempo integral ($n=11$), matutino/vespertino aparece como o segundo turno mais utilizado pelas IES ($n=4$), matutino e vespertino aparecem como os turnos menos ofertados ($N=2$). A caracterização geral das 19 IES aqui investigadas podem ser observadas na Tabela 1.

Tabela 1. Caracterização geral dos PPCs.

Características	N	%
Turno		
Integral	11	58%
Matutino	2	11%
Vespertino	2	11%
Matutino/Vespertino	4	21%
Vagas	N	%
30-50	7	37%
51-80	6	32%
81-110	6	32%
Ano PPC	N	%
Anos 90	1	5%
Anos 00	3	16%
Anos 10	14	74%
Anos 20	1	5%
Ano de início do curso	N	%
1971-2000	8	42%
2001-2010	7	37%
2011-2020	4	21%

Através do levantamento e análise das ementas através dos descritores, encontrou-se 84 disciplinas que abordem as temáticas aqui estudadas. Observa-se que a sua maioria se deu na modalidade teórica ($n=78$), seguido por teórico/prático ($n=5$). Não foi encontrada nenhuma disciplina prática que apresentasse os descritores. Quanto ao tipo de disciplina, a maior parte era obrigatória ($n=61$), seguido das optativas ($n=22$), e

não informada (n=1). A carga horária das disciplinas em sua maioria é de 50-70 horas (n=69), seguida por 30-50 horas (n=12), e 70-90 horas (n=3). Tais considerações podem ser observadas na tabela 2.

Tabela 2. *Caracterização geral das disciplinas.*

Características	N	%
Modelo da disciplina	N	%
Teórico	78	94%
Teórico-prático	5	6%
Tipo de disciplina	N	%
Obrigatório	61	73%
Optativo	22	26%
Não informado	1	1%
Carga horária	N	%
30 - 50	12	14%
50 - 70	69	82%
70 - 90	3	4%

O corpus geral considerou 131 segmentos de texto (ST), com aproveitamento de 103 STs (78,63%). Emergiram 4.343 ocorrências (palavras, formas ou vocábulos), sendo 1.014 palavras distintas e 559 com uma única ocorrência. O conteúdo, analisado foi categorizado em seis classes: Classe 1, com 17 ST (16,5%); Classe 2, com 13 ST (12,62%); Classe 3, com 21 ST (20,39%); Classe 4, com 19 ST (18,45%); Classe 5, com 16 ST (15,53%); e Classe 6, com 17 ST (16,5%).

Vale ressaltar que essas seis classes se encontram divididas em três ramificações (A, B e C) do corpus total em análise. O subcorpus A, composto pela Classe 3 ("Aspectos biológicos do desenvolvimento"), que se refere aos aspectos biológicos do ser humano, que aproxima o gênero e a sexualidade do processo de desenvolvimento humano. O subcorpus B, contém os discursos correspondentes à Classe 6 ("Aspectos jurídicos e direitos humanos), que contempla as perspectivas do direito e sua relação com as questões jurídicas e éticas da atuação e intervenção da psicóloga/o/e. O subcorpus C, é composto pela classe 2 ("Aspectos políticos"), que aborda a perspectiva das políticas públicas, dos movimentos sociais e da inclusão e exclusão social; classe 1 ("Aspectos da Psicologia Social e decolonialidade"), que compreende as questões da Psicologia social e as desigualdades sociais; classe 4 ("Interseccionalidade"), que se refere aos temas contemporâneos de gênero e sexualidade e suas dissidências, assim como seus atravessamentos nas relações sociais. e classe 5 ("Produção de subjetividade") que aborda os estudos e teorias de gênero e sexualidade e suas dissidências (ver Figura 1).

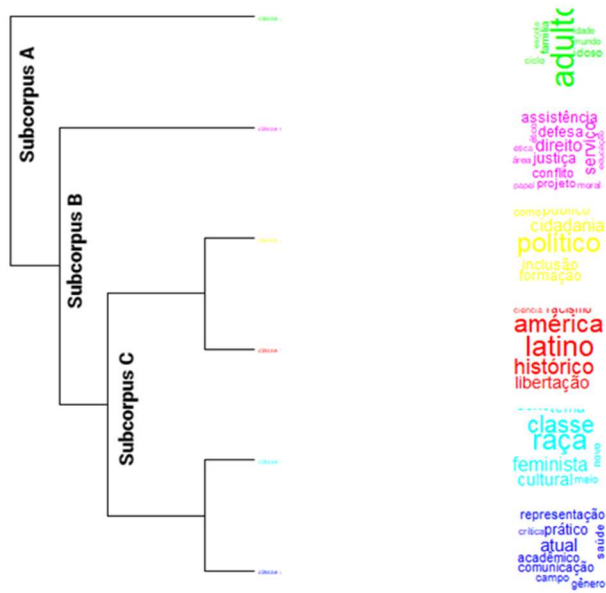


Figura 1. Definições de subgrupos.

Para alcançar uma melhor visualização das classes, elaborou-se um organograma com a lista de palavras de cada classe geradas a partir do teste qui-quadrado. Nele emergem as evocações que apresentam vocabulário semelhante entre si e vocabulário diferente das outras classes. A seguir serão descritas, operacionalizadas e exemplificadas cada uma dessas classes emergidas na Classificação Hierárquica Descendente (ver Figura 2).

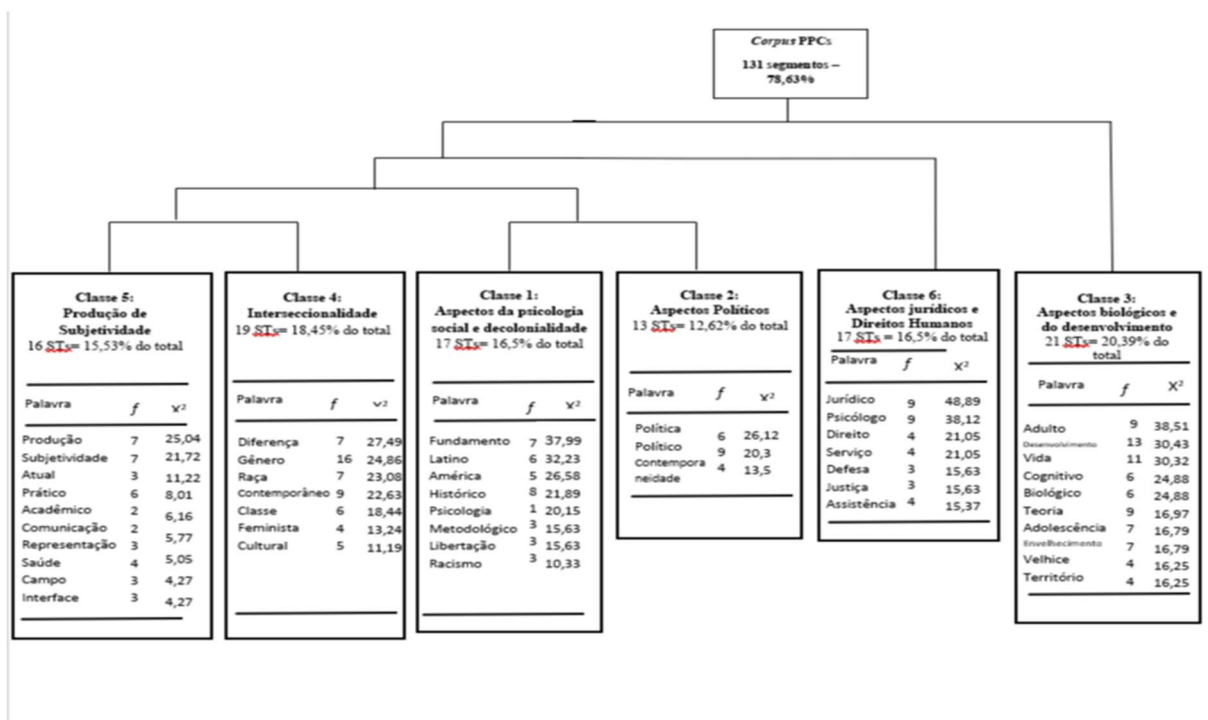


Figura 2. Dendograma da Classificação Hierárquica Descendente (CHD) dos corpus do PPCs

A classe 3, intitulada de “Aspectos biológicos do desenvolvimento”, compreende 20,4% ($f = 21$) do corpus total analisado. Composta por palavras e radicais no intervalo entre $\chi^2 = 16,25$ (território) e $\chi^2 = 38,51$ (Adulto). Essa classe é constituída por palavras como “Adulto” ($\chi^2 > 38,51$); “Desenvolvimento” ($\chi^2 > 30,43$); “Vida” ($\chi^2 > 30,32$); “Cognitivo” ($\chi^2 > 24,88$); “Biológico” ($\chi^2 > 24,88$); “Teoria” ($\chi^2 > 16,97$); “Adolescência” ($\chi^2 >$

16,79); “Envelhecimento” ($x^2 > 16,79$); “Velhice” ($x^2 > 16,25$); “Território” ($x^2 > 16,25$). Predominaram as evocações das IES 5 (2 ST; $x^2 > 7,96$); 4 (2 ST; $x^2 > 7,96$) e 14 (2 ST; $x^2 > 4,08$).

Através da análise realizada, constatou-se que estão elencados os aspectos biológicos do ser humano, aproximando a teoria de gênero e sexualidade do processo de desenvolvimento na adolescência, vida adulta e velhice. O PPC da IES 5 traz em sua matriz curricular três disciplinas de caráter obrigatório, Psicologia do desenvolvimento II, Teoria da subjetividade II, Psicologia, diversidade e acessibilidade. A ementa da primeira disciplina destaca claramente essa categoria, assim como a disciplina de Sexualidade Humana oferecida pela Instituição de Ensino Superior 14:

Teorias psicológicas da vida adulta e da velhice. Mudanças cognitivas e intelectivas no processo de envelhecimento; sexualidade e afetividade na maturidade; mudanças psicossociais na vida adulta e na velhice: relações familiares, sociabilidade, perdas, luto, morte; O Estatuto do Idoso; as práticas psicológicas.

História da sexualidade. Mitos e tabus da sexualidade humana. Gênero e Sexualidade. Vivência da sexualidade nos ciclos da vida. A sexualidade humana em suas dimensões biológica, psicológica e sociocultural.

A classe 6, intitulada de “Aspectos jurídicos e direitos humanos”, compreende 16.5% ($f = 17$) do corpus total analisado. Composta por palavras no intervalo entre $x^2 = 15,37$ (assistência) e $x^2 = 49,8$ (Jurídico). Essa classe é formada por palavras como “Jurídico” ($x^2 > 49,89$); “Psicólogo” ($x^2 > 38,12$); “Direito” ($x^2 > 21,05$); “Serviço” ($x^2 > 21,05$); “Defesa” ($x^2 > 15,63$); “Justiça” ($x^2 > 15,63$); “Assistência” ($x^2 > 15,37$); O PPC da IES 9 (3 ST; $x^2 > 15,63$) é o que melhor representa esta classe. Essa classe aborda as perspectivas do direito e sua relação com as questões jurídicas e éticas da atuação e intervenção da psicóloga/o/e frente a garantia e a defesa dos direitos humanos e o combate à violência de gênero. A ementa da disciplina Psicologia Jurídica é a que melhor exemplifica essa classe:

Estado da arte do conhecimento psicológico na relação com a justiça. Noções de direito necessárias ao psicólogo inserido no campo jurídico. O papel do psicólogo nas organizações jurídicas. A intervenção pontual nos conflitos judiciais, o diagnóstico diferencial, a perícia, o estudo de caso, o trabalho multidisciplinar. A atuação do Psicólogo pautada em princípios técnicos e éticos em situações de conflitos com a Lei, abordagens a jovens infratores, responsabilidade e culpa, violência contra mulher, atendimento a toxicômanos e demais situações de acompanhamento e assistência jurídica aos cidadãos.

A classe 2, nominada de “Aspectos políticos” engloba 12,62% ($f = 13$) do corpus total analisado. É formada por palavras no intervalo entre $x^2 = 13,5$ (Contemporaneidade) e entre $x^2 = 66,67$ (Política). Essa classe é constituída por palavras como “Política” ($x^2 > 66,67$); Político ($x^2 > 40,91$); Contemporaneidade ($x^2 > 57,14$). Essa classe refere-se às perspectivas políticas, abrangendo as políticas públicas voltadas para combate ao preconceito e relações de poder, assim como inclusão e exclusão social. A IES 13 (5 ST; $x^2 > 5,96$) é a que contém o PPC que melhor representa a classe. A disciplina de Psicologia social é bastante ilustrativa dessa classe:

Interfaces com campos da Psicologia e outras ciências. Historicidade e influências européia, norte-americana e latina. Principais correntes teóricas e bases metodológicas. Práticas coletivas e contextos de atuação da Psicologia Social. Relação indivíduo e sociedade. Aspectos psicossociais: identidade, subjetividade, estigma, solidariedade. Subalternidade, relações de poder e fortalecimento de um sujeito ético-político. Exclusão, políticas públicas e implicações da Psicologia Social. Transversalidades no olhar da Psicologia Social: gênero, raça, classe, religião. Normatividades, naturalizações e transgressão. Compromisso ético-político da Psicologia Social.

A classe 1, foi intitulada como “Aspectos da Psicologia social e decolonialidade” e compreende 16,5% (f = 17) do corpus total analisado. É formada por palavras no intervalo entre $x^2= 10,33$ (Racismo) e entre $x^2= 37,99$ (Fundamento). Essa classe é formada por palavras como “Fundamento” ($x^2 > 37,99$); “Latino” ($x^2 > 32,23$); “América” ($x^2 > 26,58$); “Histórico” ($x^2 > 21,89$); “Psicologia” ($x^2 > 20,15$); “metodológico” ($x^2 > 15,63$); “Libertação” ($x^2 > 15,63$); “Racismo” ($x^2 > 10,33$). Essa classe aborda os estudos da Psicologia social, trazendo a sua construção histórica no Brasil e na América Latina, discorrendo sobre a Psicologia da libertação. Também traz à luz tópicos da exclusão social, estruturação racista, heteronormativa e sexista da sociedade; as relações de gênero e teorias decoloniais, o que demonstra uma abrangência aos estudos interseccionais. O PPC da IES 19 (8 ST; $x^2 > 12,36$) é o que melhor caracteriza essa classe. O ementário da disciplina “Fundamentos e Perspectivas da Psicologia Social” é a que melhor demonstra essa classe:

Fundamentos históricos, teóricos e metodológicos da Psicologia Social. As raízes da Psicologia Social Moderna. A crise da Psicologia Social. Novos Paradigmas da Psicologia Social. Psicologia Sócio-histórica Cultural. Psicologia da Libertação na América Latina. A abordagem do construcionismo social. A teoria das Representações Sociais. O discurso enquanto prática discursiva. Formações Identitárias na contemporaneidade. Estudo de questões da Psicologia Social no contemporâneo: práticas de exclusão/inclusão, políticas sociais, violência, trabalho, processos de subjetivação e mídia. Reflexão sobre desigualdade social, humilhação, sofrimento ético-político, direitos humanos. Os desafios da Psicologia Social na sociedade brasileira frente à estruturação racista, heteronormativa e sexista.

A classe 4 foi nomeada de “Interseccionalidade” e compreende 18,45% (f = 19) do corpus total analisado. É formada por palavras no intervalo entre $x^2= 11,19$ (Cultural) e entre $x^2= 27,49$ (Diferença). Essa classe é constituída por palavras como “Diferença” ($x^2 > 27,49$); “Gênero” ($x^2 > 24,86$); “Raça” ($x^2 > 23,08$); “Contemporâneo” ($x^2 > 22,63$); “Classe” ($x^2 > 18,44$); “Feminista” ($x^2 > 13,24$); “Cultural” ($x^2 > 11,19$). Essa classe traz em seu escopo marcadores sociais contemporâneos como gênero, classe, diversidade sexual. Essa classe não apresentou nenhuma IES que a representasse.

A classe 5 intitula-se “Produção de subjetividade” e compreende 15,53% (f = 16) do corpus total analisado. É composta por palavras no intervalo entre $x^2= 4,27$ (Interface) e entre $x^2= 25,04$ (Produção). Ela é constituída por palavras como “Produção” ($x^2 > 25,04$); “Subjetividade” ($x^2 > 21,72$); “Atual” ($x^2 > 11,22$). Essa classe abrange disciplinas que abordam as teorias e estudos sobre gênero, feminismo e população LGBTQIA+, assim como aspectos da produção de subjetividade. Predominaram as evocações das IES 12 (3 ST; $x^2 > 16,8$); 11 (2 ST; $x^2 > 6,16$); 1 (1 ST; $x^2 > 5,49$). A ementa da disciplina “Gênero e Sexualidade” da IES 11 exemplifica essa classe:

Teorias feministas e os estudos de gênero. Perspectivas teóricas no campo da sexualidade. Os sistemas normativos de sexo, gênero, sexualidade e desejo e suas implicações na produção das subjetividades. Vulnerabilidade em decorrência da interface de gênero e outros marcadores sociais.

Discussão

Aqui pontua-se o quanto a formação em psicologia precisa ser reavaliada sob uma perspectiva que tenha o pensamento crítico como cerne, integrando a interseccionalidade como um elemento fundamental para se compreender as complexas realidades vividas pela população LGBTQIA+. Esse olhar abrangente através da formação permite que os profissionais identifiquem como fatores como raça, classe social, gênero e orientação sexual se entrelaçam, gerando experiências específicas de opressão e marginalização. É

igualmente importante que a formação enfatize os direitos humanos e as políticas públicas direcionadas a essa população, promovendo um entendimento mais abrangente e sensível às suas necessidades. A incorporação dessas discussões no currículo não apenas prepara os psicólogos para oferecer um atendimento mais ético e inclusivo, mas também os capacita a se tornarem agentes de mudança social, defendendo políticas que respeitem e promovam os direitos da comunidade LGBTQIA+.

Classe 3: Aspectos biológicos do desenvolvimento

A partir da classe 3, intitulada de “Aspectos biológicos”, identifica-se uma relação entre gênero e sexualidade e as concepções biológicas e de desenvolvimento do ser humano, abordando essas teorias através de marcadores biológicos da infância, adolescência e velhice.

Diante disso, se faz importante discutir gênero e sexualidade a partir dessa perspectiva, pois é relevante perceber o corpo como parte da nossa existência, assim se fazendo necessário compreender as potencialidades e limites dele. Dessa forma, é essencial que esse processo de conhecimento e reconhecimento aconteça de forma segura, respeitando as subjetividades e especificidades de cada fase da vida. Os corpos estão inseridos e são influenciados por uma cultura que diariamente se transforma, e, portanto, não devem ser simplificados como meros instrumentos de reprodução sexual. Eles são entidades históricas intrinsecamente ligadas à construção da narrativa social ao longo do tempo (Lima, 2019).

Portanto, sexualidade e gênero são produtos moldados pelo contexto socio-histórico-cultural, resultando de diversos discursos e estruturas de poder/conhecimento. Nessa visão, a sexualidade abrange diversas dimensões da vida, incluindo corpos, prazeres, desejos, relações, identidades e diferenças, todos influenciados pela história e pela sociedade (Louro, 2000).

Logo, é essencial exercer cautela ao abordar a interconexão desses dois tópicos, evitando simplificar a discussão apenas aos aspectos biológicos e negligenciando toda a dimensão psicossocial que envolve essa temática. Louro (2000), afirma que as concepções de gênero e sexualidade contemplam rituais, linguagens, representações, convenções e símbolos, ou seja, processos culturais e plurais. Por esse viés, a autora pontua que não existe “natural” nessa discussão, tanto pela concepção de corpo ou de natureza. Por esse motivo, será através de processos culturais que irá se definir o que é ou não natural, produzindo e moldando a natureza e a biologia, tornando-as históricas.

A abrangência dessas temáticas convida à reflexão sobre sua interseção com o desenvolvimento humano. Essa interrelação proporciona novas visões acerca dos aspectos físicos, emocionais e sociais do desenvolvimento humano, adotando uma perspectiva holística que reconhece o indivíduo como um todo. Nesse contexto, o sujeito vive experiências, constrói sua identidade e enfrenta transformações intrínsecas ao corpo (Ferreira, 2021).

As disciplinas desse eixo, exploram a influência fundamental do gênero e da sexualidade no complexo processo de desenvolvimento humano, que molda as experiências e trajetórias ao longo da vida. Pensando as repercussões sociais provenientes dessas temáticas ao longo da infância, adolescência e velhice.

Classe 6: Aspectos jurídicos e direitos humanos

A classe 2, Aspectos jurídicos e direitos humanos traz em seu escopo discussões sobre políticas públicas e direitos humanos. Nessa classe encontram-se as discussões sobre políticas de inclusão e exclusão em interface com as temáticas de gênero, sexualidade, raça, classe, entre outros. Com o objetivo de promover uma atuação comprometida com as diversas realidades sociais e a diversidade de modos de ser, com os direitos humanos e a promoção de cidadania para os grupos que compõem uma minoria social.

Assim, destaca-se a importância de se incluir disciplinas que versam sobre a importância da defesa dos direitos humanos. Pois, será através da promoção dessas discussões que se cria uma maneira eficaz de desafiar os sistemas de opressão e exclusão em todas as suas dimensões. Definindo o compromisso social da Psicologia não apenas na defesa dos direitos civis e políticos, mas também na proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais, garantidos a todos os seres humanos. Isso inclui grupos frequentemente sujeitos a preconceito e intolerância, como crianças, mulheres, indígenas, pessoas negras, homossexuais, transexuais, pessoas de baixa renda e pessoas com deficiência (Santos, 2017).

Foi através dessa perspectiva que, como forma de comprometimento com a realidade dos grupos politicamente minoritários, o Código de Ética Profissional da psicóloga/o/e, na sua versão mais atualizada e elaborada pelo Conselho Federal de Psicologia, orienta que a psicóloga/o/e fundamente sua prática no respeito e na promoção da liberdade, dignidade, igualdade e integridade de cada ser humano, respaldando-se nos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos (CFP, 2005).

Outro movimento importante e alinhado com o compromisso minoritário, foi o processo de despatologização da homossexualidade, que se apresenta como um marco para a garantia dos direitos dessa população. Trazendo uma mudança significativa no cenário médico e, por conseguinte, na Psicologia. Como uma disciplina de saúde, a Psicologia teve que se adaptar e regular a prática dos profissionais na área. Foi a partir da Resolução nº 001/99 do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 1999) que a Psicologia passou a reconhecer a homossexualidade como uma orientação sexual, e não mais como uma patologia. Isso resultou em uma maior capacidade de acolhimento para indivíduos LGBTQIA+ e uma compreensão mais abrangente da orientação sexual e da construção da identidade dessas pessoas (Carvalho & Santos Simão, 2022).

Dessa forma, se faz imprescindível que a formação em Psicologia transcenda a abordagem meramente técnica, evoluindo para uma formação crítica, politicamente consciente e reflexiva. É essencial incorporar temas como cidadania, direitos humanos e movimentos sociais, especialmente considerando a crescente integração da psicóloga/o/e no Sistema Único de Saúde (SUS) e o aprimoramento da compreensão das necessidades de saúde da população (Sales & Gomes, 2020).

Assim, torna-se indispensável a busca por uma formação em Psicologia que esteja orientada pelos direitos humanos, que procure revisar as teorias e métodos de ensino tradicionais. Por tanto, é necessário que a abordagem tecnicista, a superficialidade e a ausência de uma postura crítica devam ser substituídas por uma formação mais crítica. As psicólogas/os/es, enquanto cientistas e profissionais voltados para o estudo do humano, não podem ficar alheios ao movimento da realidade que claramente aponta na direção dos direitos humanos (Bock, 2010).

As disciplinas incluídas nesse eixo categórico, visam construir uma sólida base ética na prática da Psicologia, tendo como foco central os direitos humanos, com o objetivo de fomentar a justiça social e contribuir para a identificação e combate das disparidades sociais. Ela também capacita as psicólogas/os/es a interagirem com uma ampla diversidade de indivíduos e formas de ser, mantendo uma postura ética e inclusiva em sua atuação.

Classe 2: Aspectos políticos

O propósito desta classe é explorar as políticas públicas relacionadas à inclusão e exclusão social, com o intuito de capacitar as psicólogas/os/es a promoverem a igualdade e reduzir as disparidades sociais em sua prática profissional. Além disso, visa aprofundar a compreensão das dinâmicas sociais associadas à exclusão e seu impacto nos grupos minoritários, fornecendo uma base para o desenvolvimento de estratégias eficazes de inclusão.

Na atualidade, um dos maiores obstáculos que a Psicologia enfrenta, é o desafio de desenvolver abordagens para atuar nas políticas públicas. Abordagens essas que devem se basear no entendimento dos determinantes sociais, na crítica aos sistemas normativos, na valorização da diversidade de identidades, no fortalecimento dos indivíduos e na promoção da participação das várias comunidades no controle dessas políticas (Gesser, 2013).

Desse modo, se faz necessário a defesa da igualdade no que diz respeito à garantia de direitos para todos, como educação, saúde, segurança, lazer, entre outros. Porém, também se faz importante travar uma luta pela inclusão nesses direitos iguais, pela existência de um grupo social excluído, fazendo-se necessária a equidade para gerar oportunidades iguais de acesso (Silva & Isayama, 2020).

Analisar a questão da inclusão social implica identificar elementos que assegurem a cidadania, evitem a violação de direitos e facilitem o acesso às políticas públicas para a comunidade LGBTQIA+, que comumente enfrentam situações de vulnerabilidade. O avanço nas políticas de inclusão para esses membros emerge como uma abordagem eficaz para promover equidade e construir uma sociedade mais justa e inclusiva (de Moraes et al., 2022).

Dessa forma, pode-se afirmar que as políticas voltadas para a comunidade LGBTQIA+ avançaram ao longo dos anos, porém, de maneira intermitente e vulnerável, o que se tornou mais evidente nos últimos anos devido ao aumento do conservadorismo e à falta de interesse do poder executivo e legislativo nas questões LGBTQIA+. Por tanto, é essencial destacar que a Psicologia continua desempenhando um papel crucial, não somente na defesa da despatologização e na luta contra a LGBTQIA+fobia mas também na resistência contra possíveis retrocessos nessa agenda, como as constantes tentativas de invalidar as resoluções do CFP relacionadas a esse assunto (Carvalho & Santos Simão, 2022).

Diante do atual contexto de ascensão de discursos neoliberais, conservadores, machistas, homofóbicos, racistas, transfóbicos e xenofóbicos, torna-se imperativo reavivar, no âmbito educacional, a discussão sobre os direitos civis e humanos. Apesar das reflexões e críticas que as teorias críticas e pós-críticas do currículo têm promovido em relação ao compromisso histórico e político do currículo tradicional em sustentar o status quo e as relações de poder hierárquicas, reconhece-se a importância de que as escolas

abordem temas relacionados aos direitos humanos, estimulando discussões e reflexões entre os alunos (Machado, 2021).

O que se percebe através das disciplinas desse eixo, é a abordagem de promover uma atuação comprometida com a necessidade de olhar para o sujeito considerando as diversas complexidades de suas existências dentro de seus próprios contextos e marcadores sociais, entendendo a importância da criação de políticas públicas voltadas para a inclusão e equidade da comunidade LGBTQIA+, e as reconhecendo como direitos constitucionais.

Classe 1: Aspectos da Psicologia social e decolonialidade

As disciplinas desta classe englobam os estudos da Psicologia social, explorando as problemáticas da decolonialidade no âmbito da Psicologia social, assim como a formação colonial moderna do sujeito. Relacionando à exclusão social, à estruturação racista, heteronormativa da sociedade, às relações de gêneros as teorias decoloniais.

É fundamental realizar uma conceituação e distinção das maneiras pelas quais a colonialidade se manifesta e se estabelece na sociedade. A colonialidade do poder foi desenvolvida por meio da estratégia de racialização como um método de exercer dominação, exploração e criar divisões coloniais, tais como centro e periferia, colonizador e colonizado, branco e negro, homem e mulher. Por outro lado, a colonialidade do saber abrange a perspectiva epistêmica que busca silenciar e ocultar qualquer conhecimento que não se encaixe no paradigma ocidental, branco e heterocisnormativo (Lima & Malcher, 2019).

Por esse motivo é necessário considerar a significativa influência europeia na história da Psicologia, examinando as formas como essas disciplinas podem ainda incorporar em suas práticas e fundamentos, elementos de pensamento coloniais. Essas decisões, notadamente presentes nos currículos acadêmicos das universidades (identificados como geradores de conhecimento), estabelecem um corpo de conhecimento e promovem abordagens para a Psicologia que historicamente respaldam normas de comportamento socialmente aceitas, resultando, por conseguinte, na construção do conceito de "anormalidade" e da exclusão (Pereira et al., 2022).

Por tanto, é necessário quebrar os modelos de atuação que visam a psicologização dos problemas sociais, identificando e responsabilizando individualidades pelos seus sofrimentos. Assim, como evitar práticas clínicas e patologizantes que encobrem os problemas que constituem a sociedade brasileira e o seu histórico colonial de violência e exploração que produziu subjetividades marcadas pela ideia da existência do colonizador, que se apresenta como superior e humano e o colonizado, inferior e entendido como coisa. (Gomes et al., 2022).

Assim, se faz pertinente pontuar a importância de se promover discussões acerca da sexualidade, reconhecendo a relevância de incorporar a cultura e o contexto socio-histórico nesse diálogo, permitindo a criação de reflexões significativas sobre a maneira como os corpos se manifestam na sociedade e as interações que esses estabelecem no âmbito social (Borges, 2009).

Desse modo, a formação em Psicologia, quando desenvolvida sob uma perspectiva decolonial, implica em questionar e reconstruir essas teorias e técnicas tradicionais que moldaram as formas do fazer psicológico. Abordar a decolonialidade na formação, incentiva as futuras psicólogas/os/es a pensarem as mais

variadas culturas, tendo uma visão crítica sobre essa diversidade cultural e étnica, buscando descolonizar os conceitos e práticas psicológicas, tornando-as mais inclusivas e contextualizadas para lidar com as realidades. Portanto, a formação em Psicologia e a decolonialidade se entrelaçam com o objetivo de reconstruir as disciplinas de modo a ser mais inclusiva e sensível à pluralidade de vivências e perspectivas.

Classe 4: Interseccionalidade

Essa classe traz em seu escopo marcadores sociais contemporâneos como gênero, classe, diversidade sexual, feminismo e raça. Englobando as múltiplas identidades e modos de ser, reconhecendo as interseções entre essas temáticas e destacando a importância de estudar e compreender esses fenômenos de uma forma integrada.

O conceito de interseccionalidade se propõe a discutir as diferentes e múltiplas possibilidades de identidades e suas formas de estruturação. Contribuindo para a quebra com a hierarquização das formas de opressão. Ela se apresenta como uma abordagem analítica que abrange múltiplas formas de opressão ao mesmo tempo. Por meio dessa perspectiva, não se analisam as formas de discriminação de maneira isolada, nem se limita a somar simplesmente diferentes formas de discriminação. Pelo contrário, a interseccionalidade reconhece a complexidade das interseções entre os processos discriminatórios e procura compreender as condições específicas que surgem a partir dessas interações (Oliveira & Ferrari, 2018; Kyrillos, 2020).

A importância desse conceito pode ser observada na promoção de debates sobre sexualidade através do viés feminista, que destaca a importância de considerar os fatores culturais para garantir uma abordagem mais contextualizada. Hooks (2000) aponta que a sexualidade é fortemente moldada por normas culturais e sociais, e incorporar esses aspectos nas discussões é fundamental para dismantelar estruturas de opressão e valorizar a pluralidade de experiências. Esse enfoque é crucial para o feminismo, que busca abranger as diversas identidades e vivências das mulheres em variados contextos socioculturais.

Para além do feminismo branco, é crucial considerar o pensamento transfeminista negro como um campo de conhecimento que desafia questões relacionadas aos feminismos de maneira mais ampla, especialmente no que diz respeito à desnaturalização da categoria "mulheres" e das diversas feminilidades. Ao mesmo tempo, essa abordagem desloca o foco das sexualidades dissidentes presentes nos movimentos LGBTQIA+ para a discussão sobre identidades de gênero que transcendem as construções cisnormativas. Assim, mais do que apenas problematizar as heteronormatividades dominantes, o pensamento transfeminista negro se concentra em processos de autodefinição e autoafirmação de identidades raciais e de gênero, alinhando-se às preocupações dos feminismos negros (Nascimento, 2022).

Portanto, considerar a constituição dos sujeitos e seus processos de subjetivação, utilizando a interseccionalidade como eixo central, não apenas enriquece a leitura e entendimento dos aspectos estudados, mas também contribui para desenvolver estratégias de intervenção que adotam uma abordagem crítica e atenta à multiplicidade presente nas dinâmicas psicológicas e psicossociais dos sujeitos humanos. Essa perspectiva interseccional destaca desigualdades, privilégios e demandas, contrapondo-se a abordagens universalizantes e essencialistas, e lança luz sobre a complexidade dos sofrimentos psíquicos (Hoepers, 2022).

Assim, se faz necessário pensar o papel da educação na problematização das construções de identidades e diferenças, trazendo à luz questões de hierarquização desses modos de ser. Por tanto, a

interseccionalidade dialoga sobre a necessidade de repensar o olhar reducionista, que nos permite ver o sujeito apenas através de uma única identidade, e não de forma plural, por meio das mais variadas formas de ser e estar no mundo (Oliveira & Ferrari, 2018).

Dessa forma, torna-se imperativo integrar discussões sobre interseccionalidade na formação em Psicologia, pois se faz essencial sua singular capacidade de realizar análises mais aprofundadas das complexas formas de dominação enfrentadas por pessoas que se encontram nos diversos marcadores sociais. Suas lentes propiciam uma compreensão precisa e abrangente dessas dinâmicas intrincadas, destacando as interconexões entre raças, gêneros, sexualidades e classes sociais que influenciam as experiências individuais. Ao incorporar essa perspectiva na formação, as psicólogas/os/es podem oferecer atendimento mais inclusivo e sensível, contribuindo assim para uma prática mais ética e eficaz.

Classe 5: Produção de subjetividade

Essa classe traz em suas disciplinas as aproximações do campo da Psicologia com as perspectivas teóricas relacionadas ao gênero, sexualidade, feminismo e população LGBTQIA+, assim como aspectos da produção de subjetividade. Essas disciplinas buscam refletir sobre como, e de que maneira esses conceitos dão sustentação às práticas psicológicas, considerando as diversas discussões, acontecimentos e criação de documentos que orientam a atuação desses profissionais.

Matos (2019), afirma que a subjetividade é um sistema que nos permite entender a psiquê humana não através de sua fragmentação, mas devido à sua natureza complexa, multifacetada, recursiva, contraditória e imprevisível. Isso se distancia de abordagens que procuram simplificar o ser humano em expressões simplistas. Por essa razão, se faz essencial trazer em seu escopo teórico as influências que as perspectivas de gênero, sexualidade e raça acarretam na formação de subjetividade dos sujeitos (Matos, 2019).

Portanto, se faz necessário enfatizar a importância de abordar o papel da Psicologia como um campo de conhecimento centrado nas subjetividades, com a responsabilidade de contribuir socialmente. Nesse sentido, é crucial que a Psicologia reconheça sua influência e autoridade para promover a escuta ativa e adotar posturas voltadas para a eliminação de discursos que perpetuam violência e discriminação contra os diversos grupos minoritários (Amaral et al., 2021).

Para que isso ocorra, se faz importante englobar nos currículos discussões de gênero e sexualidade no processo de formação, o que implica em estabelecer mecanismos para tornar evidentes as complexas dinâmicas que geram e perpetuam as desigualdades nos meios sociais. Tais dinâmicas são profundamente influenciadas pelo ambiente cultural e social, e muitas vezes se refletem nos sistemas que moldam os currículos dos cursos de Psicologia (Assis, 2018).

Por isso, refletir sobre a sala de aula como um ambiente de negociação e disputa é essencial para compreender que, assim como o currículo, ambos são instâncias em constante construção. Eles emergem das complexas relações de poder e conhecimento, desempenhando um papel fundamental na formação e construção dos sujeitos. Assim, é crucial reconhecer e analisar de maneira crítica as interações entre essas diversas forças que influenciam os espaços educativos, e compreender como essas interações impactam na formação de identidades e conhecimentos (Oliveira & Ferrari, 2018).

Discutir essas temáticas na graduação em Psicologia, implica em um maior posicionamento das futuras profissionais psicólogas/os/es contra práticas, técnicas, movimentos, posturas e discursos que contribuem para as reverberações de discursos homofóbicos, machistas, misóginos, sexistas e as mais variadas formas de violência e preconceito.

Considerações finais

O objetivo central deste estudo foi examinar a integração das discussões sobre a comunidade LGBTQIA+ nos currículos dos cursos de Psicologia das instituições públicas de ensino superior do Nordeste. Isso possibilitou a observação das diversas perspectivas teóricas e epistemológicas que têm guiado essas discussões na graduação. De modo geral, percebe-se que existe um avanço nos debates desses tópicos na formação em Psicologia, já que 73% das disciplinas que abordam essas temáticas são obrigatórias. Para tanto, ainda se faz de suma importância que tais temáticas pudessem ter maior expressividade nos currículos de formação da/o/e psicóloga/o/e.

Através das disciplinas analisadas, também ficou perceptível a preocupação em debater as temáticas através de uma perspectiva ética, considerando os direitos humanos e todos os fatores políticos, sociais e culturais que perpassam os temas. Compreendendo-os de uma forma interseccional com as demais temáticas como raça e classe social.

Embora os estudos que versem sobre a comunidade LGBTQIA+ não sejam a principal ênfase na formação em Psicologia, é crucial que essas temáticas sejam abordadas e discutidas não apenas de forma interdisciplinar, mas como assuntos centrais. Isso envolve promover discussões e debates sobre o saber/fazer profissional, convidando constantemente a revisitar as teorias psicológicas sob uma perspectiva crítica e alinhada aos movimentos sociais.

Portanto, se faz imprescindível identificar as lacunas, barreiras e desafios encontrados na formação, para que assim se possa criar ferramentas que permitam aprimorar a prática profissional, e possibilite refletir sobre quais fatores, para além da responsabilidade das instituições e da suposição de falta de interesse por parte dos alunos, estão presentes na falta de discussões sobre as demandas de gênero, sexualidade, raça, dentre outros.

Em resumo, os resultados desta pesquisa são restritos a um contexto histórico e cultural específico, com particularidades que não podem ser generalizadas. Esta investigação não abrange todos os aspectos do objeto de estudo, sugerindo a necessidade de futuras pesquisas que abarquem, por exemplo, o currículo oculto e faça uma maior investigação na busca pelas perspectivas dos professores e alunos de cada IES.

Referências

- Amaral C. A., Ribeiro, P. R. C., & Barros, S. C. (2021). Atravessamentos de gênero, sexualidade na psicologia: discutindo alguns acontecimentos. *Diversidade E Educação, 9*(Especial), 712–734. <https://doi.org/10.14295/de.v9iEspecial.12734>
- Amaral, M. S., Fuchs, J. J. B., & Mauricio, A. C. (2021). Micropolíticas de resistência na atuação psi: problematizações acerca da cisheteronorma como reguladora do cuidado em saúde. Seminário Internacional Fazendo Gênero 12. (Anais eletrônicos), Florianópolis.

- Arndt, G. J. (2021). "Cura gay": uma cartografia dos discursos sobre a Resolução CFP 01/99 no Facebook. [Dissertação de mestrado], Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Assis, M. M. (2018) Gênero e a Formação de Psicólogas/os em Goiás: problematizando (in)visibilidades e reflexos no ensino acadêmico. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Goiás]. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Goiás.
- Bock, A. M. B., & Gianfaldoni, M. H. (2010). Direitos Humanos no ensino de psicologia. *Revista Psicologia: Ensino & Formação*, 1(2), 97-115. ISSN 2177-2061
- Brasil. (2019). Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior. Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) dos Cursos de Graduação em Psicologia e estabelecimento de normas para o Projeto Pedagógico Complementar (PPC) para a Formação de Professores de Psicologia. Recuperado de https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_PAR_CNECESN10712019.pdf
- Camargo, B. V. (2005). ALCESTE: Um programa informático de análise quantitativa de dados textuais. In Moreira, A. S. P. Moreira; B. V. Camargo; J. C. Jesuino; S. M. Nóbrega (Orgs.), *Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais* (pp. 511-539). João Pessoa: Editora da UFPB.
- Carvalho, L. R., & dos Santos Simão, E. R. (2022). Análise Histórica das Políticas Públicas para População LGBT+ no Brasil e Interfaces com a Psicologia. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 13(1), 102-119. <https://doi.org/10.18761/VEEM.4561>
- Carvalho-Freitas, M. N., Bentivi, D. R. C., & Sandall, H. (2022). Diversidade na psicologia. In A. V. B. Bastos (Ed.), *Quem faz a psicologia brasileira?: um olhar sobre o presente para construir o futuro: formação e inserção no mundo do trabalho: volume I* (pp. 54-72). CFP.
- Conselho Federal de Psicologia (2005). Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília, DF: o autor. <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>
- Conselho Federal de Psicologia (2018). Resolução n. 10, de 27 de março de 2018. Dispõe sobre a inclusão do nome social na carteira de identidade profissional da psicóloga e do psicólogo e dá outras providências. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia. Recuperado de https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/04/SEI_CFP-0037173-Resolucao.pdf
- Conselho Federal de Psicologia. (2022). Resolução nº 8/2022. Estabelece normas de atuação para profissionais da psicologia em relação às bissexualidades e demais orientações não monossexuais. Brasília, DF. <https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-8-2022>
- Conselho Federal de Psicologia. Resolução nº 01/1999: Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual. Brasília, 22 mar. 1999 [acesso em 12 jan. 2015]. Disponível em: http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf
- Conselho Federal de Psicologia. Resolução nº 01/2018: Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. Brasília, 29 jan. 2018. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-01-2018.pdf>
- De Moraes, K. R., de Sousa, J. Q., Alvarenga, L. G., & de Souza Amaral, S. C. (2022). A identidade social da comunidade LGBT: contribuições da Sociolinguística para ações de políticas públicas. *Revista Philologus*, 28(84 Supl.), 80-88.

- Ferreira, S. R. (2021). Contribuições da psicologia escolar e educacional nas discussões atuais sobre sexualidade no contexto escolar. (Dissertação de mestrado, Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco). <http://repositorio.undb.edu.br/jspui/handle/areas/621>
- Gesser, M. (2013). Políticas públicas e direitos humanos: desafios à atuação do Psicólogo. *Psicologia: ciência e profissão*, 33, 66-77.
- Gomes, V. F., Sathler, C. N., & de Farias, M. D. F. L. (2022). Gênero, raça, sexualidade e classe nos projetos político-pedagógicos em cursos de psicologia. *Horizontes*, 40(1), e022027-e022027.
- Hoepers, A. D. (2022). Psicologia social, interseccionalidade e processos de subjetivação. *Conversas em Psicologia*, 3(1), 14-14. <https://doi.org/10.33872/conversaspico.v3n1.a2>
- Hooks, B. (2000). Feminismo é para todo mundo: Políticas arrebatadoras. Editora Rosa dos Tempos.
- Klant, L. M., & Santos, V. S. dos. (2021). O uso do software IRAMUTEQ na análise de conteúdo – estudo comparativo entre os trabalhos de conclusão de curso do ProfEPT e os referenciais do programa. *Research, Society and Development*, 10(4), e8210413786. <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i4.13786>
- Kyrillos, G. M. (2020). Uma análise crítica sobre os antecedentes da interseccionalidade. *Revista Estudos Feministas*, 28, e56509.
- Lima, E. F. (2019). O Fazer-interseccional no trabalho de educação em sexualidade. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação*, (8), 95-102.
- Lima, M. L. C., & Malcher, C. M. F. (2019) Por uma psicologia-resistência: uma aposta nas lentes decoloniais. In M. I. B. Tamborill, M. L. C. Lima., A. L. M. Neves (Orgs) *Psicologia Social na Amazônia* (pp. 21-35) Porto Alegre: Abrapso.
- Louro, G. L. (2000). Pedagogias da sexualidade. Em G. L. Louro (Org.), *O corpo educado: pedagogias da sexualidade* (2ª ed., pp. 7-34). Belo Horizonte: Autêntica.
- Machado, L. A. (2021). Contribuições do pensamento feminista negro interseccional para a Educação em Direitos Humanos. *Revista Contemporânea de Educação*. 16(37), 218-236 <https://doi.org/10.20500/rce.v16i37.44970>
- Matos, C. A. (2019). O desenvolvimento subjetivo do psicólogo escolar: reflexões sobre os processos de atuação e formação profissional. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília]. Repositório Institucional da UnB. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/35075>
- Mattos, A. R., & Cidade, M. L. R. (2016). Para pensar a cisheteronormatividade na psicologia: lições tomadas do transfeminismo. *Revista Periódicus*, 1(5), 132–153. <https://doi.org/10.9771/peri.v1i5.17181>
- Nascimento, S. de S.. (2022). Epistemologias transfeministas negras: perspectivas e desafios para mulheres múltiplas. *Estudos Históricos (rio De Janeiro)*, 35(77), 548–573. <https://doi.org/10.1590/S2178-149420220311>
- Oliveira, D. A. D., & Ferrari, A. (2018). Interseccionalidade, gênero, sexualidade e raça: os desafios e as potencialidades na invenção de outros currículos. *Diversidade E Educação*, 6(1), 21–29. <https://doi.org/10.14295/de.v6i1.8234>
- Pereira, D. F., Goncalves, C. V., da Silva, C. M., & Eckhardt, F. (2022). O pensamento decolonial na psicologia brasileira. *Conhecimento & Diversidade*, 14(32), 181-193.
- Ribeiro, C. J., Moraes, C. de F., & Kruger, N. R. M. (2019). A universidade e os corpos invisibilizados: Para se pensar o corpo LGBT. *Diversidade e Educação*, 7(2), 357-372.
- Sales, R. Z., & Gomes, T. M. (2020). Formação e atuação do psicólogo nas políticas públicas e no CERSAM: conquistas e desafios. *Brazilian Journal of Development*, 6(5), 27819-27823.

- Santos, L. N. (2017). O compromisso social da psicologia: Um estudo sobre o desenvolvimento de um projeto crítico. (*Tese de Doutorado*), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Silva, L. C. X. D., & Isayama, H. F. (2020). Uma análise das políticas públicas de lazer para a população LGBT em Belo Horizonte. *Motrivivência*, 32(63).